

SESSÕES DO PLENÁRIO

13ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 08 de maio de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial com a finalidade de fazer a entrega do Título de Cidadão Baiano ao Exmº Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto, proposta pela nobre deputada Fabíola Mansur.

Convido para compor a Mesa a Srª Deputada proponente da sessão, minha querida amiga, Fabíola Mansur; o Sr. Procurador-Geral do Estado Paulo Moreno, representante do governador do Estado Rui Costa; a Srª Desembargadora Najla Maria Sales Brito, representante do presidente do Tribunal de Justiça Desembargador Eserval Rocha; a Senadora Lídice da Mata; o Sr. ex-Governador do Estado da Bahia Roberto Santos; o Sr. Procurador-Geral de Justiça Adjunto para Assuntos Jurídicos Wellington César Lima e Silva, representante do Procurador-Geral de Justiça Márcio José Cordeiro Fale; o Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Inaldo Araújo; o Sr. Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, Conselheiro Francisco Neto; o Sr. Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, André Godinho; a Srª Defensora Pública Paloma Pina Rebouças Aires, representante do Defensor Público-Geral Clériston Cavalcante de Macedo; e o meu querido amigo ex-deputado federal e acadêmico Joaci Góes.

Designo uma comissão composta pelos deputados Manassés, Vítor Bonfim, Gika, a deputada Ivana Bastos e o Cerimonial para conduzir a este recinto o ministro do Supremo Tribunal Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto.

Nesse momento ouviremos o Hino Nacional executado pela cantora Ana Mametto e o maestro Iacoce Simões.

(Execução do Hino Nacional.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra a minha querida amiga, deputada Fabíola Mansur, autora da proposição, para fazer a saudação ao homenageado.

A Srª FABÍOLA MANSUR:- Bom-dia a todas e todos.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Nilo; Sr.

Procurador-Geral do Estado, Dr. Paulo Moreno, representante do governador do Estado da Bahia, Rui Costa; Sr^a Desembargadora, Dr^a Nágila Maria Sales Brito, representante do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Eserval Rocha; Sr^a Senadora, amiga, Lídice da Mata; Sr. Ex-Governador do Estado da Bahia, Dr. Roberto Santos; Sr. Procurador-Geral de Justiça Adjunto para Assuntos Jurídicos, Dr. Wellington César Lima e Silva; Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Inaldo Paixão; Sr. Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, conselheiro Francisco Neto; Sr. Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. André Godinho; Sr^a Defensora Pública Paloma Pina Rebouças Aires, representante do Defensor Público, Dr. Clériston Cavalcante Macedo; Sr. Ex-Deputado Federal, acadêmico e amigo, Joaci Góes; querido amigo, Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal e homenageado, Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto; Sr^a Deputada Ivana Bastos; deputados Manassés, Gika e Vitor Bonfim; queridos ex-companheiros, vereadora Ana Rita Tavares, vereador Joceval Rodrigues; amigos representantes de todos os partidos, de todos os movimentos sociais, sobretudo aqueles aos quais dedico minha vida em defesa de seus direitos, como LGBT, representado aqui pelo Sr. Marcelo Cerqueira, presidente do GGB; Sr. Gilson, representando aqui a pessoa com deficiência; meus amigos, minhas amigas; querida esposa do nosso ministro, Sr^a Rita Ayres Britto, na pessoa de quem saúdo todas as mulheres presentes; não costumo, quem me conhece sabe, ministro Ayres Britto, ler discursos, mas, diante da magnitude de sua obra e de sua poesia, não me sinto à vontade de, ao traduzir tudo o que o senhor significa para o Brasil e para a Bahia, fazê-lo de simples memória e com a minha humilde oratória.

Assim, irei ler: “Antes de mais nada, quero agradecer a cada um de vocês pela presença nesta solenidade, neste ato que é mais um gesto de reconhecimento público da nação baiana a este extraordinário jurista cuja conduta na mais alta Corte Constitucional do País foi marcada sempre pela sobriedade, pela ética, pela defesa sempre fundamentada dos valores humanos mais fundamentais: a liberdade, a igualdade, a fraternidade. Fraternidade manifestada em tantos votos, em tantos pareceres, aos quais jamais faltaram filosofia e poesia...”

Aliás, ele sempre usou a poesia em seus julgamentos, o que, a despeito de não ter validade jurídica, ajudava bastante a convencer os outros ministros. E nunca lhe faltaram desprendimento, humanidade e coragem.

Vou falar pouco de sua história e deixarei para que ele mesmo possa contar-lhes. Ministro Carlos Ayres Britto, nascido em 18 de novembro de 1942, em Propriá, Sergipe, filho de pai juiz e poeta e mãe baiana, artista, de Santo Amaro da Purificação, que tocava piano, teclado, violão e cantava, também, junto com suas duas outras irmãs santo-amarenses. Herdeiro dessa musicalidade de dona Dalva, que hoje, 8 de maio, se viva fosse, estaria aniversariando. E certamente, está nos abençoando e o abençoando como filho desta terra. Obviamente, dessa composição, só poderia resultar um artista e jurista.

Sim, artista, primeiro, porque, como ele mesmo diz, “o sentimento é que abre as portas do pensamento. A inteligência vem depois, de arremate”. Casou-se com uma

baiana, Rita de Cássia Pinheiro Reis de Britto, natural de Vitória da Conquista, terra do nosso Glauber Rocha. Teve 5 filhos, uma das quais, baiana, Adriely, jurista também, e 5 netos, um neto também baiano. Talvez por isso, sempre afirme em seus discursos que seu coração é metade baiano e metade sergipano.

Seu currículo é extenso: bacharel em Direito pela Universidade Federal de Sergipe, mestre e Doutor em Direito Constitucional pela PUC de São Paulo, é escritor jurídico e membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas e da Academia Sergipana de Letras. Foi ministro e presidente do Supremo Tribunal Federal, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, além de ter presidido o Conselho Nacional de Justiça-CNJ, poeta, acadêmico e professor. Em 2009, foi eleito um dos 100 brasileiros mais influentes pela revista *Época*. Na OAB, presidiu a Comissão Especial de Defesa da Liberdade de Expressão.

Quis, talvez, a providência divina, que o Supremo Tribunal Federal contasse em sua fileira de ministros, desde 2003, com a presença sofisticada desse desbravador constitucional no momento em que matérias de natureza singular se tornaram objeto de apreciação e decisão por parte do nosso Poder Judiciário. Assuntos que exigiam mais que o profundo conhecimento da Constituição federal, coisa que não falta ao nosso ministro Ayres Britto, mas que requeriam, também, sensibilidade quase num plano poético, que exigia um sentimento republicano, altamente democrático, pois que estavam em jogo questões de natureza objetiva e subjetiva e que poderiam projetar o Brasil ou à escuridão medieval ou à luz da contemporaneidade. Não restam dúvidas, ministro, que seu pensamento, sua vocação humanitária, seus votos, nos projetaram em direção à luz.

Mas não basta o conhecimento constitucional, a filosofia, a poesia e a humanidade quando falta a coragem. E esta em momento algum lhe foi ingrata. Esteve sempre contigo, ministro, a coragem de assumir uma postura que realçava a dignidade humana em temas complexos, como a questão das células-tronco embrionárias, dos fetos anencéfalos, da união homoafetiva, cujo voto é de verdadeira declaração de amor à humanidade, das cotas raciais, da demarcação de terras indígenas, da fidelidade partidária, da Lei da Ficha Limpa, entre tantos outros que se constituem em exemplares manuais humanitários para esta e futuras gerações.

Tenho, ministro Carlos Ayres Britto, no exercício do mandato parlamentar e de vida – primeiro como vereadora em Salvador, agora como deputada estadual –, buscado exercer no Parlamento e fora dele os seus ensinamentos, que sempre me inspiraram. Temos buscado, também, constituir um modelo de atuação que seja, antes de tudo, democrático, participativo, assim como foi V.Ex^a ao instituir, pela primeira vez no Supremo Tribunal Federal, audiências públicas para debate dos temas mais complexos, dando enorme contribuição para a construção de um sentimento constitucional no povo brasileiro. Temos, também, envidado esforços por tornar o Poder Legislativo um espaço de exercício diário da democracia popular, um instrumento coletivo de transformação, de melhoria das condições de vida das pessoas.

Os direitos humanos vêm sofrendo grave violência mundo afora. Milhares de

pessoas no Brasil, na América latina, na África, na Europa ainda são subordinadas à triste rotina da falta de alimento, de abrigo, de afeto e de paz.

No que pesem os esforços de tantos organismos internacionais, de tantas organizações humanitárias, de tantos seres humanos voluntários percorrendo fronteiras em defesa da paz, ainda são vários os relatos de violação dos direitos humanos mais elementares, inclusive o de ir e vir.

Ora é a intolerância religiosa impedindo muitas vezes o sagrado direito de exercício da fé, ora é a intolerância de natureza sexual, o machismo, o sexismo ainda fazendo moda em tanta parte. Outras vezes são manifestações de desprezo à orientação sexual alheia, na tentativa de aniquilar subjetividade com imposição de padrões de comportamento supostamente naturais.

Há também o racismo em várias partes do mundo, como no Brasil, inviabilizando a convivência civilizada entre os povos, a xenofobia regional com as degradantes manifestações de ódio que não enxergam fronteiras e buscam dilapidar nossa condição de nação.

Lutamos, ministro, com as armas que dispomos, todos nós aqui presentes, que lhe prestigiam neste dia, contra todo esse acervo de adversidades, com o objetivo de ver prosperar no Brasil e no mundo a cultura da paz, a cultura de respeito aos idosos, às crianças, às mulheres, aos adolescentes, às pessoas com deficiência a respeito das múltiplas dimensões do amar, do existir e do ser.

Como bem disse o nosso poeta Caetano Veloso, agora também seu conterrâneo, “gente é para brilhar, não para morrer de fome”. São batalhas árduas, e muitas delas foram brilhantemente travadas por V.Ex^a no âmbito do Poder Judiciário, e que eu agora faço questão de citar algumas, já que sua postura será sempre lembrada e inspiradora na Casa dos destinos do Brasil.

Primeiro, um dos assuntos mais polêmicos e que mereceu seu voto favorável foi a constitucionalidade do artigo da Lei de Biossegurança, Lei 11.105/2005, que permitia o uso de células-tronco embrionárias em pesquisas científicas, mudando a vida de milhares de pessoas que sofreram lesões, de pessoas com deficiência física por lesões raquimedulares.

(Lê) “Em seu voto, defendeu que o assunto era de interesse de toda a comunidade científica mundial e, 'obviamente, para os principais interessados, no caso, a própria humanidade.' Para discutir o tema, ele realizou a primeira audiência pública no STF e afirmou que quando a sociedade civil chega mais próximo das decisões, inclusive judiciais, a causa ganha uma importância maior. 'Sempre que o juiz consulta a sociedade, aguça o seu senso de realidade.’”

Como presidente da Comissão de Mulheres desta Casa e por acreditar que, como se diz, o grau de civilização de um povo se mede pelo grau de liberdade das mulheres, não poderia deixar de citar.

(Lê) “Quando o ministro também votou favoravelmente à possibilidade de a mulher interromper a gravidez de um feto anencéfalo sem ser criminalizada. 'Levar às últimas consequências esse martírio contra a vontade da mulher corresponde a tortura, a tratamento cruel. Ninguém pode impor a outrem que se assuma enquanto

martir. O martírio é voluntário', afirmou em seu voto”.

“Ainda em seu voto, o jurista advertiu tratar-se de direito à saúde da mulher e demonstrou o caráter sexista implícito no tema. 'Além do eliminável resultado-morte, importa anotar que a gestação da espécie anencéfala costuma acarretar maior risco da vida para a gestante'. E deixou fortemente gravada seu conceito de sociedade ao afirmar que, se os homens engravidassem, 'a interrupção da gravidez de anencéfalos estaria autorizada desde sempre'. E arrematou: 'Se a mulher for pela interrupção da gravidez, essa decisão é ditada pelo mais forte e mais sábio dos amores: o amor materno, tão sábio, tão incomparável em intensidade com qualquer outro amor, que é chamado por todos de instinto materno”.

Como ex-vereadora e deputada, represento nesta Casa, a luta, os direitos e a defesa da comunidade LGBT.

(Lê) “Ayres Britto, foi decisivo para assegurar os casais homossexuais brasileiros o direito à união estável, equiparando a união entre pessoas do mesmo sexo à entidade familiar. Ao sustentar o seu voto, ele argumentou que a Constituição Federal veda qualquer discriminação em virtude de sexo, raça, cor e que, nesse sentido, ninguém pode ser diminuído ou discriminado em função de sua orientação sexual. “A orientação sexual é um autêntico bem da humanidade. Se as pessoas de preferência heterossexual só podem se realizar ou ser felizes heterossexualmente, as de preferência homossexual seguem na mesma toada: só podem se realizar ou ser felizes homoafetivamente.

Poeta, ao tratar desse assunto, não perdeu a oportunidade de apontar os dilemas subjetivos e poéticos inerentes à questão amorosa, “Afim, a sexualidade, no seu notório transitar do prazer – disse ele – puramente físico para os colmos olímpicos da extasia amorosa, se põe como um plus ou superávit de vida. Não enquanto um minus ou déficit existencial. Corresponde a um ganho, um bônus, um regalo da natureza, e não a uma subtração, um ônus, um peso ou um estorvo, menos ainda a uma reprimenda dos deuses em estado de fúria ou de alucinada retaliação perante o gênero humano”. E argumentou: “É velha postura de reação conservadora aos que, nos insondáveis domínios do afeto, soltam por inteiro as amarras desse navio chamado coração”.

Afim, no século XXI, devemos ter a preponderância da afetividade sobre a biogenicidade.

Também, no que diz respeito às cotas raciais, o ministro Ayres Britto era presidente do STF, (Lê) “quando os ministros aprovaram, por unanimidade, a instituição de cotas raciais em universidades públicas brasileiras. “O Brasil -disse ele- tem mais um motivo para se olhar no espelho da história e não corar de vergonha”, afirmou ao proclamar o resultado. “Quem não sofre preconceito de cor já é beneficiário, já leva uma enorme vantagem comparativa e já se posiciona na escala social em situação vantajosa”. Ao defender a validade de ações afirmativas como mecanismo eficaz de combate às desigualdades, disse: “É preciso que haja um plus da política pública promocional. É preciso que haja uma política diferenciada no âmbito das próprias políticas públicas, pois não basta proteger. É preciso promover,

elevant, fazer com que os segmentos ascendam.”

Também foi fundamental o seu voto como ministro -relator para demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, mergulhada em profundas dissensões entre os donos históricos da área e os sucessivos invasores. Disse ele: os rizicultores privados, que passaram a explorar as terras indígenas somente a partir de 1992 não têm qualquer direito adquirido à respectiva posse. Em primeiro lugar, porque as posses antigas, que supostamente lhe serviram de ponto de partida, são, na verdade, o resultado de inescondível esbulho.

Em recente artigo publicado no Estadão, em 26/04/2015, intitulado Maioridade Penal – a marcha-a-ré proibida, o grande jurista Carlos Ayres Britto opina contra a proposta, argumentando que o legislador (palmas) constituinte baseara-se nos fundamentos da natureza para demarcar a chegada aos 18 anos como o momento onde o homem sai da adolescência para a condição de jovem, alcançando, ai, sim, a condição de responder por seus atos. Para ele, a redução da idade penal é inconstitucional. Disse ele: “As atuais penitenciárias têm se revelado matrizes da criminalidade. E nós vamos colocar adolescentes, entre 16 e 18 anos, neste ambiente que não recupera o indivíduo para a vida social. Em matéria eleitoral, em matéria militar, penal, trabalhista, de assistência social, educacional, no âmbito da família, o discurso constitucional é um só: É preocupado com a formação da personalidade do indivíduo e, para ela, o marco dessa formação é a idade de 18 anos.”

Por fim, no campo da política, diante de todo o nosso desalento em face da Constituição, que sempre pareceu sistêmica, nesses tempos de crise moral e ética que se sucede com o nosso Brasil, esteve no julgamento da Ação Penal 470, nos desafiando a darmos mostra de coragem e maturidade em combater institucionalmente o mal da impunidade.

Em seu recente artigo, *Brasil: da queda ao passo de dança*, também nos estimula a ativar nossa cidadania para exigir o irrestrito cumprimento da finalidade de cada instituição pública e a cobrar dos seus membros o dever de fielmente servi-las. Tudo nos marcos de uma Constituição que de tão civilizada pode nos aquinhoar com a sonhada democracia de três vértices: a liberal, a social e a fraternal, disse ele.

Em seu chamamento do Estado à ordem, diz ainda que só a Constituição governa quem governa. A Constituição de um País governa permanentemente quem governa transitoriamente.

O Brasil avançou. Avançou em consciência de cidadania para muito além da percepção de governantes centrais ou instituições políticas. O Brasil avançou para muito além dos políticos que como atores apenas representam a sociedade civil. O País tem jeito, como você disse, ministro, e nós acreditamos. O País tem jeito, na medida em que se faça desta crise uma imperdível oportunidade de passá-lo a limpo. Inspira-nos V.Ex^a.

E aqui fica a nossa crença, o nosso compromisso de como cidadã e política colaborar para a construção do País que queremos e merecemos.

Em nome de todo o vasto território chamado Bahia, quero declarar que é uma honra, um orgulho para esta Casa, para mim e para toda a Bahia tê-lo como nosso

conterrâneo. Como V.Ex^a mais uma vez costumava afirmar que metade sua é baiana e a outra sergipana, estamos aqui hoje formalizando definitivamente a sua metade baiana.

Quero aproveitar novamente para saudar as pessoas que moram no seu coração e que baianas já são. Aproveito para pedir a benção de Deus, dos Orixás que protegem a Bahia e de D. Dalva, que mais uma vez aqui está.

Querido ministro, agora amigo e conterrâneo, seu histórico de compromisso certamente já está escrito na história não só da Bahia, como também de todo o País. Esse sangue baiano que corre em suas veias de fato, herdado da sua mãe, realmente faz destes dias inesquecíveis.

Nesta sessão do dia 8 de maio se, como dizes, o que fica na retina é o que foge da rotina, temos a esperança de tê-lo feito um dia inesquecível para você, porque assim é inesquecível para esta Casa e para todos os parlamentares baianos que aprovaram esta sua outorga pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, terra-mãe do Brasil, concedendo-lhe o Título de Cidadão Baiano não só de fato, como já o é, mas agora também por direito.

Que a Bahia o abençoe, ministro! (Palmas, muitas palmas!)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de convidar para fazer parte da Mesa o ex-procurador-geral da República, ex-ministro, ex-governador e vereador Waldir Pires. (Palmas!)

Peço desculpas e também convido para esta Mesa o ex-presidente desta Assembleia Eujácio Simões. (Palmas!)

Convido agora o produtor cultural João Falcão para recitar um poema homenageando o ministro Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto.

O Sr. JOÃO FALCÃO: - Bom-dia a todos os presentes, primeiramente, gostaria de agradecer por essa oportunidade de estar aqui, hoje, recitando um poema em homenagem ao ministro Carlos Ayres. Quero agradecer ao presidente da Casa, V.Ex^a, deputado Marcelo Nilo, à relatora do projeto, deputada Fabíola Mansur, a minha querida amiga Lídice da Mata, uma das grandes incentivadoras dessa outorga, e também agradecer a presença dos meus professores e colegas da Unijorge, em especial o professor George, um dos mentores desta homenagem.

Gostaria também de convidar a todos, pois hoje à noite o ministro estará fazendo uma palestra na Universidade Jorge Amado, dentro da Semana Jurídica Carlos Ayres Britto. Estão todos convidados.

O poema se chama Carlos Ayres Britto.

(Lê) “Carlos Ayres Britto no seu sangue corre a música e a poesia, herdados de Dalva sua mãe, nascida nos braços de Santo Amaro, recôncavo da Bahia.

Nascido em Sergipe és também baiano, querido por nosso povo, nessa terra da alegria.

De tão apaixonado por estas bandas, casou com uma baiana, com quem gerou duas vidas, espelhos de vossas almas, no total são 5 filhos, reflexos do infinito.

Sua jornada, marcada pela luta dos direitos humanos, corroborou o direito, sinônimo de justiça.

Suas decisões sempre pautadas pela ética, o transmutou num exemplo a ser seguido. Seja na relatoria dos processos que realizou com um maestro, no Supremo Tribunal Federal do nosso país, seja com a caneta da poesia.

Com a Constituição em mãos, provou a força dos princípios e Direitos e garantias fundamentais, positivados no olho do furacão, no cerne da questão, no topo da pirâmide, unindo de uma vez por todas o direito com a justiça.

Pra nós baianos é uma honra tê-lo aqui, agora como nosso conterrâneo, pra mim um mestre, uma inspiração, e tenho o orgulho de dizer: um amigo."

Obrigado, ministro, pela sua presença, de coração. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de convidar a deputada Fabíola Mansur, a senadora Lídice da Mata e a esposa do homenageado, Rita de Cássia Pinheiro Reis Britto, para entregarmos o Título de Cidadão Baiano ao ministro Ayres Brito. (Palmas.)

(O Sr. Carlos Ayres Britto recebe o Título de Cidadão Baiano.) (Palmas.)

O Sr. MINISTRO CARLOS AYRES BRITO:- Bom dia a todos.

Remeto-me agora a um sergipano muito ilustre e nós das bandas daquele estado nordestino tanto nos orgulhamos, Tobias Barreto, ele dizia: “ Quando o coração se dilata, o âmbito da razão se contrai. É um fato, pois encontro-me deveras emocionado e quero fazer desta minha participação na presente solenidade, uma festa, uma celebração da minha própria emoção.

Não falarei da minha trajetória no Supremo Tribunal Federal, dela deu conta com extrema generosidade, a minha querida amiga e deputada Fabíola Mansur, responsável direta da outorga do título que hoje me é conferida com superlativa honra e alegria para mim.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, querido amigo deputado Marcelo Nilo; deputada Fabíola Mansur, devo à V.Ex^a o impulso, a iniciativa para este Título de Cidadão Baiano. Estendo os cumprimentos a João Falcão, por V.Ex^a que esteve desde o primeiro momento nessa empreitada, que considero cívica me possibilitando ler em um papel timbrado um título que já estava escrito no meu próprio coração.

Sr. Procurador-Geral do Estado, Paulo Moreno, também querido amigo, representante do governador do Estado da Bahia, Rui Costa; Sr^a Desembargadora Nágila Maria Sales Brito, também amiga muito querida que representa a si mesma, numa linguagem de Pontes de Miranda e ainda representa o Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Herzerval Rocha; Sr^a Senadora, também queridíssima amiga de sempre, inspiradora de tantos votos, de tantos discursos, Lídice da Mata, paradigma de decência de autenticidade representativa do povo brasileiro. A partir daqui, desta Terra Santa da Bahia, também amigo do coração, governador Roberto Santos, mestre do Direito Constitucional- na companhia de Waldir Pires, também amigo do mais fundo do peito, de tantos títulos de

representação pública brasileira a partir da Procuradoria-Geral da República, também governador da Bahia, senador da República e ministro de Estado; Sr. Procurador-Geral de Justiça Adjunto para Assuntos Jurídicos, Wellington César Lima e Silva, representando o Procurador-Geral de Justiça, Márcio José Cordeiro Fahel- e ele mesmo, até poucos dias, Procurador-Geral de Justiça, amigo-irmão meu e de minha família, junto com Paulo Modesto e Mônica- Paulo também presente. Wellington, junto com Paulo é um dos expoentes do pensamento jurídico baiano da contemporaneidade. Ambos muito cultos, atualizados, dotados de uma consistência expositiva que toca as raias da sedução. E por falar em sedução, antecipo os meus cumprimentos a esse amigo também do fundo do peito que é Joaci Góes, que eu o denomino, cognomino como a mais sedutora das personalidades públicas que conheço aqui no Brasil. Não há quem resista ao discurso permeado de filosofia, de sapiência, de experiência, de generosidade de Joaci Góes. Amigo fraternalíssimo, a quem, sempre que posso, rendo, mentalmente, de joelhos o preito da minha profunda admiração.

Conselheiro eminente Inaldo Araújo, presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia e também conselheiro no mesmo tom respeitoso de admiração Francisco Neto, amigo muito querido, ele bem sabe disso, presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, a quem também não perco a oportunidade para render as minhas sinceras homenagens.

Senhor conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil, André Godinho, obrigado pela presença; Sr^a Defensora Pública, Paloma Pina Rebouças Aires, representante do defensor público geral Clériston Cavalcante de Macedo Ayres; ex-deputado federal e acadêmico, Joaquim Góes. Então, fica a repetição a renovar esta oportunidade de citar o seu prezadíssimo nome; Sr. Eujácio Simões Filho, ex-deputado e ex-presidente da Assembleia, bem, gosto muito de improvisar, reconheço, deixo que fale o coração, ainda ontem à noite digitei algumas coisas na tela do meu *Ipad* e vou fazer uma leitura, ainda que um pouco aligeirada.

Eu começo me interrogando: dizer o quê para todas as pessoas presentes a quem se pudesse também saudaria nominalmente pelo próprio nome patronímico, recebam todos a minha homenagem, a minha gratidão por esta prestigiosa presença. Dizer o quê? Fazer o quê? Lembrar o quê? Recorrer a que para dar conta dos elevados sentimentos que se apoderam do meu ser neste preciso momento e perante esta insigne Assembleia Legislativa? Perante o digno presidente, amigo pessoal, Marcelo Nilo e demais deputados desta republicana Casa de Leis, sim, como também diante de pessoas a quem me enlaço por irrestrito dever de gratidão, intenso bem-querer e sincera admiração, como é o caso da minha própria mulher, Rita de Cássia, baiana de Vitória da Conquista, a quem pude saudar quando tomei posse na Presidência do Supremo Tribunal Federal, dizendo: a mulher com quem durmo e acordo é também a mulher dos meus sonhos (Palmas.); de Joaci Góes, repito; Wellington Silva Lima e Souza; Lídice da Mata; Chico Neto; Paulo Modesto; Waldir Pires; Roberto Santos; João Falcão; José Mendonça, também querido amigo aqui presente, que me honra com esse comparecimento pessoal, e de tantos outros amigos:

Ana Rita Tavares; Clóvis Barbosa, lá do meu Estado de Sergipe, baiano de nascimento, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe; desembargador Renato Simões, também muito querido amigo e seu filho Yacoce Simões; Mameto, essa cantora extraordinária, cativante, talento puro da Bahia – falar talento puro da Bahia chega a ser redundante; e tantos outros amigos e autoridades que apreciaria muito citar de memória se essa memória, enciumada de mim próprio, não adotasse a postura infantil de se fingir de senil, mas não mesquinha o bastante, essa minha memória para me impedir de encartar no rol dos que e fazem presentes um outro nome.

Que nome? Nome que eu pronuncio até com mais saliente realce e que não é senão da médica e deputada Fabíola Mansur. Ela, que propôs aos seus dignos pares que me ungissem com o título tão superlativamente honroso quanto historicamente primaz de cidadão baiano, sabido que os primeiros impulsos de patriotismo ou de brasilidade pós-aborígene se desataram foi no geográfico berço da Bahia, terra mãe do Brasil, acabou de dizer a deputada. Ela, deputada Fabíola Mansur, que adiciona vigor intelectual à liderança política, pureza ética e firmeza de compromisso com a população. Cientificidade oftalmológica à militância humanista. Li no currículo de S.Ex^a que ela já fez mais de vinte mil cirurgias de olhos, ou seja, cirurgias a perder de vista! (Risos)

A Sr^a Fabíola Mansur:- E não perdi nenhuma!

O Sr. MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO:- E não perdeu nenhuma. Em especial, deputada, sua atuação na estratégica área da inclusão institucional ou comunitária dos segmentos historicamente desfavorecidos das minorias de gênero, de cor, de deficiência psicofísica e de orientação sexual. V.Ex^a pontifica, sobremodo atua no campo do que Waldir Pires e Roberto Santos, constitucionalistas, chamariam de “o princípio esquecido”, o princípio da fraternidade, proclamado com toda ênfase pela Revolução Francesa, ao lado da liberdade e da igualdade, porém, ao longo do tempo, abandonado. E agora ressurgido pela gloriosa, pela paradigmática Constituição Brasileira de 1988. Constituição que nos galardoa com o título de País juridicamente primeiro mundista. Deputada, portanto, a quem agradeço de todo o coração, tanto quanto àqueles parlamentares que endossaram a iniciativa que veio acumular com o título, reitero, com que me vejo civicamente ungido.

Mas volto a me impor àquela saraivada de perguntas com que inciei este meu pronunciamento. Dizer o quê? Fazer o quê? Lembrar o quê? Recorrer a quê?

Para dar conta dos elevados sentimentos tantos e tão altos que me sacodem corpo e espírito e por ver estampada em papel, preto no branco, palavras que, sempre, redigi no mais íntimo e nas dobras do meu próprio coração.

Este é um coração que bateu, sempre, pendularmente de Sergipe, do meu pai, para a Bahia, da minha mãe (palmas), e vice-versa; do amado Sergipe meu e de João Fernandes de Britto e da amada Bahia, minha e de Dalva Ayres de Freitas Britto (palmas). Dalva Ayres de Freitas Britto, por sinal faria, neste 8 de maio, neste preciso 8 de maio, 98 anos de idade.

Simples e sinceramente, a minha resposta é a de agradecer, agradecer,

agradecer. Agradeço a Deus. Agradeço à vida. Agradeço a esta Assembleia Legislativa como, também, a todos os presentes, inclusive aos meus íntimos da família Ayres, da família baiano, Tiago, Dani, Antônia, Alexandre, Mila e assim avante.

Simples e sinceramente, agradeço, repito, no simples e sincero sentimento da minha gratidão.

Quanto aos que me ouvem também, enxergarão a alegria, a honra e o orgulho que, doravante, experimentarei por ser, de fato e de direito, tão sergipano quanto o meu pai e tão baiano quanto minha mãe.

Quanto a esta contiguidade física e geográfica, entre Sergipe e Bahia, eu, sempre, convolei em uma simbiose afetiva e cultural. Levei isso para o Supremo Tribunal Federal. E se todos acham que passei por ali e não perdi a viagem, eu levei para lá a minha formação afetiva, cívica, cultural e ética, enfim, tudo aurido neste abençoado solo conjugado e irmanado da Bahia e de Sergipe.

Bem, não quero ficar só em palavras, mas buscar fatos, também, para dar conta desta minha identidade com a Bahia e Sergipe. Quanto à minha identidade com Sergipe, o eminente conselheiro Clóvis Barbosa bem sabe o quanto falo bem da minha terra de nascimento, o amor que tenho pelo pequeno estado de Sergipe como, por exemplo, Tobias Barreto, esse gênio da raça, somente comparável a Castro Alves.

Queria dizer alguns poemas feitos a partir de inspiração baiana, daqui no solo baiano. E começo exatamente por Antônio de Castro Alves, o maior poeta de todos os tempos no Brasil e no mundo; não assim reconhecido universalmente, porque não nasceu, por exemplo, na Inglaterra de William Shakespeare. (Muitas palmas.)

Aliás, ninguém mais conhece a trajetória de vida, a personalidade e os poemas de Castro Alves do que Joaci Góes, pois ele declama, com todo o desembaraço, os versos e os poemas desse autor, “feericamente”, talentoso e culto que nasceu aqui na Bahia em 1847 e faleceu em 1871 com, apenas, 24 anos de idade.

E fiz este poema em homenagem a ele, Castro Alves, há muitos anos e se chama “*Deus Poeta*”. Ele foi lírico, condoreiro, épico, transbordantemente, amoroso e falava do amor carnal entre homem e mulher com absoluta precedência sobre qualquer outro poeta.

“Deus Poeta

Chamavam a primeira igreja de matriz

Não matriz dos seios fartos de leite

Mas de fé transbordante na divindade de Jesus

Não tinha tanta fé assim na liturgia da missa

Nem nos milagres dos entristecidos santos

Mas nos sons dos sinos

A tinir solene nos ouvidos da praça

Ainda assim a minha fé nos sons dos sinos

Não era maior do que a minha ligação

No batuque dos pés dos escravos

A clamar por abolição

*Nos versos que eu lia desse meu Deus Poeta
Que foi Antônio de Castro Alves.”*

Cada poema era, em si mesmo, uma catedral. E, nessas tantas catedrais de Castro Alves, dobrei os meus joelhos de crente radical na liberdade. (Palmas.)

Há outros poemas feitos a partir aqui da Bahia.

Vinha para a Bahia com 13, 14, 15, 16 e 17 anos com meus pais para experimentar a vivência no que, à época, se chamava de veraneio ou veraneio. Conheci os bondes da Bahia. Andava a pé pela cidade alta, cidade baixa, encantado com o relevo da Bahia, com esta Baía de Todos os Santos escandalosamente verde, prata, azul, nesta monumental estrutura líquida de ambiência de cores sem fim.

Passava, ali, no Campo Grande. Não lembro mais o nome oficial.

(Alguém, no Plenário, diz o nome correto da praça.)

Bem, o lugar se chama Praça Dois de Julho. E eu me fixava, especialmente, no baobá gigantesco, como todo baobá ali plantado, ao chamar a atenção de todos pelas pujança e beleza. Fiz um poema para o baobá.

“Voltei a Salvador para rever o baobá da minha adolescência.

Falei para ele com toda sinceridade:

O tempo não passou para você.

E ele, tão delicado quanto constrangidamente, respondeu:

Para você também não.” (Risos.)

Vamos atrás de outro poema que fiz aqui em Salvador. Espero que a minha insipiência, no manejo dentro do que chamam de inclusão digital, não me traia.

Bem, fui assistir a uma missa, há pouco tempo, com a minha mulher e uma das minhas filhas, esta baiana. Era a missa na Igreja da N. Sr^a do Rosário dos Pretos, no Pelourinho. Nunca assisti a uma missão tão bonita e tão emocionante. E, ali mesmo, no fragor da emoção, ao ver aquele espetáculo único de beleza e de religiosidade também, fiz este poema: “*Tambores da Bahia*”.

Perdoem-me os eminentes deputados, a partir do querido amigo Marcelo Nilo, pela iconoclastia, pela irreverência que se contém de certa forma nesse poema:

“*Tambores da Bahia*

Mais que os três poderes do Estado

Mais que os sinos das igrejas

Mais que a pena dos escribas

Os tambores da Bahia falam por ela

Onde eles ressoam

É que bate mais forte

O coração atemporal do povo.

Onde eles reboam

É que freme rítmica

A torneada alma tropical brasileira.

Essa primeira e mais sedutora forma

Da mestiça alma tropical brasileira.” (Palmas.)

Outro poema eu fiz em Brasília, mas a inspiração foi baiana. Foi para

Armandinho Macedo, esse gênio da música universal. Ele se apresentava em Brasília, no Clube do Choro, e eu não perco, Rita também não, as apresentações de Armandinho e as do irmão dele, que também é muito bom, o Aroldo, que chamamos carinhosamente de Aroldinho.

Mas a Bahia, como diz uma das músicas daqui mesmo, é um cidade-nação. Salvador é uma cidade-nação. A musicalidade da Bahia é incomparável, é impressionante. (Palmas.)

(Armandinho adentra ao Plenário e abraça o homenageado.) (Palmas.)

Estão vendo os senhores! O poema se chama “Armandinho Macedo”

Eu estou fazendo aqui, deputado, uma prestação de contas da minha identidade visceral, orgânica com a Bahia.

E eu disse de Armandinho:

“ O tocador de bandolim

Arrepiou a pele do palco e da plateia

Ao dedilhar um choro

De prender até os pés do tempo

Foi quando a morena soltou

a molada própria cintura

Com tanta leveza

Ao som da sua música

Que a mais leve das plumas

Se sentiu grávida de nove meses.” (Palmas.)

Então, pela minha memória, que eu adoraria que fosse eternal, e não à beira da senilidade, desfilam sacrossantos nomes, como Dorival Caymmi, João Gilberto, o verdadeiro pai da bossa nova, essa música universal, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Raul Seixas, Moraes Moreira, Pepeu Gomes, Luiz Caldas, Maria Bethânia, Gal Costa, Daniela Mercury, Beneto, que cantou Daniela, com o mesmo brilho dela, o Hino Nacional quando da minha posse no Supremo Tribunal Federal. Outra identidade com a Bahia. Quem foi convidada para cantar o Hino foi Daniela Mercury. Ivete Sangalo, Tom Zé...

Ficaria a manhã inteira citando esse nomes exponenciais, da Bahia, que assombram o mundo com um talento que não se encontra em outro lugar, a não ser com certa proximidade o Rio de Janeiro, que nos oferta cantores, músicos da expressão de Chico Buarque, Tom Araújo Jobim, Paulinho da Viola, Vinícius de Moraes, que passou uma temporada boa aqui na Bahia. Talvez a fase mais inspirada dele tenha sido aqui na Praia de Itapuã, quero crer.

Em suma, vou me despedir dos senhores agora com a chegada de Armandinho, esse amigo também, do mais íntimo do meu ser. Gênio da raça, gênio puro da raça universal, Armandinho Macêdo.

Despeço-me dizendo que, se a minha passagem pelo Supremo Tribunal Federal se revelou merecedora deste Título tão único com que sou regalado e alardeado, eu creditaria um eventual mérito subjetivo à minha abertura para o novo.

A minha única questão fechada é a abertura para o novo. Eu não faço planos e

não tenho praticamente saudade de nada. Eu vivo intensamente cada instante, porque a vida acontece é no presente. A vida se constitui de instantes, o tempo inteiro. E ela consegue ser inteira a cada dinâmico instante do seu modo único de ser.

Eu tento fazer a experiência do barco vazio. Do barco vazio de conhecimentos. Eu me desacomulo de conhecimentos sempre que vou fazer uma peça jurídica ou elaborar um poema. Deus me deu - e a vida também - essa predisposição para seguir na linha do que disse outro genial baiano, Raul Seixas: *“Prefiro ser essa metamorfose ambulante do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo.”*

Muito obrigado. (Palmas, muitas palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Convido Sergio Pataro, que tocará a música Bahia com H.

(Apresentação musical.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigado, meu querido amigo Sérgio, funcionário da Assembleia Legislativa da Bahia.

Ouviremos agora a apresentação musical de Armandinho.

(Apresentação musical)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Agora ouviremos o Hino da Bahia.

(Continuação da execução do Hino da Bahia.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Minha querida amiga, deputada proponente desta sessão, Fabíola Mansur; meu querido procurador-geral do Estado, Paulo Moreno, representante do governador do Estado, Rui Costa; meu querido conterrâneo baiano, ministro do Supremo Tribunal e homenageado, Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto; minha querida desembargadora Nágila Maria Sales Brito, representante do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Eserval Rocha; minha querida senadora Lídice da Mata, ex-prefeita de Salvador; meu querido ex-ministro e ex-governador do Estado da Bahia, Roberto Santos; meu querido ex-ministro, ex-governador, vereador da Cidade do Salvador, Waldir Pires; Sr. Procurador-Geral de Justiça Adjunto para Assuntos Jurídicos, Wellington César Lima e Silva, representante do procurador-geral de Justiça, Márcio José Cordeiro Fabel; meu querido presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Inaldo Araújo; meu querido presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, conselheiro Francisco Neto; meu querido conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, André Godinho; minha querida defensora pública Paloma Pina Rebouças Aires, representante do defensor público geral, Clériston Cavalcante de Macedo; meu querido amigo, ex-deputado federal, jornalista e acadêmico, Joaci Góes; meu querido ex-deputado federal, ex-deputado estadual e ex-presidente da Assembleia, Eujácio Simões Filho; Srs. Desembargadores; Srs. Juízes; Srs. Empresários; minhas amigas e meus amigos presentes a esta sessão especial que concede o Título de Cidadão ao ministro Ayres Britto, quando assumimos a presidência desta Casa procuramos direcioná-la em quatro vertentes.

Primeiro, fazer um Poder independente e harmônico com os outros Poderes.

Segundo, tornar-se realmente a Casa do Povo, onde recebemos todos os movimentos sociais da Bahia. Os negros, os homossexuais, as mulheres, os índios, os sem-teto, os sem-terra, os empresários, os servidores, todos os que queriam ter visibilidade e procuraram a Casa das Leis, a Casa do Povo foram sempre muito bem recebidos.

Terceiro, fazer daqui a Casa da Cultura; editamos e reeditamos 156 livros de pessoas que fizeram a história da Bahia. Por exemplo, a história de Ruy Barbosa, escrita por Luiz Viana Filho; a história de Horácio de Matos; a história do último tenente, Juracy Magalhães; a história de Martha Vasconcelos, essa mulher que encantou o mundo por sua beleza física e espiritual; a mulher de roxo, uma senhora que nas décadas de 70 e 80 andava pelo Campo Grande, Pelourinho, Vitória, sem passado, com presente, e nós fizemos o futuro. Essa mulher que marcou a história daqueles que eram estudantes da Universidade Federal naquela época.

Portanto, fizemos a Casa da Cultura para que as pessoas conhecessem aquelas personalidades do mundo cultural, do mundo social, do mundo político, do mundo empresarial que enaltecera e fizeram a grandeza da Bahia.

O quarto item, foi decidirmos aqui, neste Parlamento, e orientarmos aos pares que fossem mais rígidos na concessão de títulos de Cidadão Baiano.

A deputada Fabíola Mansur, apesar de estar apenas há 100 dias nesta Casa, mostrou-se uma parlamentar muito bem relacionada, muito competente, assídua e, sem dúvida, muito respeitada por este Parlamento.

Pois bem, ela trouxe para cá o projeto de resolução para a concessão do Título de Cidadão Baiano ao ministro Ayres Britto. Dispensamos as formalidades, dispensamos o currículo porque a Bahia, o Nordeste e o Brasil sabem que o ministro Ayres Britto honrou o Supremo Tribunal Federal como um dos ministros imparciais daquela Casa. (Palmas)

Um homem que saiu do pequeno, mas simpático, Estado de Sergipe. Eu, ministro, que nasci no Nordeste, na Cidade de Antas, na divisa com Sergipe, conheço a beleza daquele Estado. Sei que o Sr. João, seu pai, homem inteligente, veio para a Bahia, para a Cidade de Santo Amaro, a fim de se casar com uma baiana. Sei que V.Ex^a, continuando com a mesma inteligência de seu pai, foi para a Cidade de Vitória da Conquista procurar uma baiana para se casar. Eu, que também me considero um homem inteligente, fui a Sergipe para casar com uma sergipana. A senadora Lídice da Mata, que é amiga de infância dela, diz que foi criada na Bahia, mas só em nascer em Sergipe já tem um gosto especial.

Portanto, ministro, a decisão de V.Ex^a ser sergipano é de duas pessoas, do Sr. João e de D. Dalva. Mas V.Ex^a hoje é baiano por uma decisão de 15 milhões de baianos, uma vez que esta Casa, que tem 63 parlamentares, por unanimidade, numa votação secreta, concedeu esse Título de Cidadão a um dos ministros mais honrados do nosso País.

Nascer na Bahia, ministro, é uma dádiva de Deus! A Bahia do Pelourinho, a Bahia do Vale do Jiquiriçá, a Bahia da Igreja do Bonfim, a Bahia do Elevador Lacerda, a Bahia do Rio São Francisco, a Bahia do Carnaval, a Bahia das bonitas

praias, a Bahia do axé, a Bahia do forró. Nascer na Bahia é uma dádiva de Deus! A Bahia de Jorge Amado, a Bahia de Castro Alves, a Bahia de Anísio Teixeira, a Bahia de Armandinho, a Bahia de Caetano, a Bahia de Gil, a Bahia de tantas figuras importantes passa a ser, a partir de hoje, a Bahia do ministro Ayres Britto. (Palmas.)

Está encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*